



GUIA DO **GOLPE NO BRASIL**

**PARA
ESTRANGEIROS**

**A GUIDE TO THE COUP
IN BRAZIL FOR FOREIGNERS**

**GUÍA DEL GOLPE EN BRASIL
PARA EXTRANJEROS**

**GUIDE DU COUP D'ÉTAT
AU BRÉSIL POUR LES ÉTRANGERS**



GUIA **DO** **GOLPE NO** **BRASIL**

PARA
ESTRANGEIROS

A GUIDE TO THE COUP IN BRAZIL FOR FOREIGNERS
GUÍA DEL GOLPE EN BRASIL PARA EXTRANJEROS
GUIDE DU COUP D'ÉTAT AU BRÉSIL POUR LES ÉTRANGERS

GUIA DO GOLPE NO BRASIL PARA ESTRANGEIROS

Houve um golpe no Brasil?	7
O governo Dilma representava uma ameaça às elites econômicas brasileiras?	7
Então, por que o golpe ocorreu agora?	8
Quem promoveu o golpe?	8
Além dos partidos conservadores, quais outros setores estão por trás do golpe?	9
O que as denúncias de corrupção têm a ver com o golpe?	10
O golpe poderia ser evitado?	10
O que o governo de Michel Temer propõe?	10
Quem está lutando contra o golpe?	11
O que você pode fazer para ajudar os brasileiros na luta contra o golpe?	11

A GUIDE TO THE COUP IN BRAZIL FOR FOREIGNERS

Was there a coup in Brazil?	13
Did the Dilma government pose a threat to the Brazilian economic elites?	13
So, why did the coup happen now?	14
Who promoted the coup?	14
In addition to the conservative parties, what other sectors are behind the coup?	15
How are the allegations of corruption related to the coup?	15
Could the coup have been avoided?	16
What are the proposals of the government of Michel Temer?	16
Who is fighting against the coup?	17
What can you do to help Brazilians fight against the coup?	17

GUÍA DEL GOLPE EN BRASIL PARA EXTRANJEROS

¿Hubo un golpe en Brasil?	19
¿El gobierno Dilma representaba una amenaza a las elites económicas brasileñas?	19
Entonces, ¿por qué el golpe ocurrió ahora?	20
¿Quién promovió el golpe?	20
Además de los partidos conservadores, ¿cuáles otros sectores están detrás del golpe?	21
¿Qué las denuncias de corrupción tienen que ver con el golpe?	22
¿Se podría evitar el golpe?	22
¿Qué el gobierno de Michel Temer propone?	22
¿Quién lucha contra el golpe?	23
¿Qué puede hacer usted para ayudar a los brasileños en la lucha contra el golpe?	23

GUIDE DU COUP D'ÉTAT AU BRÉSIL POUR LES ÉTRANGERS

Y-a-t-il eu un coup d'état au Brésil?	25
Le gouvernement de Dilma constituait-il une menace pour les élites économiques brésiliennes?	25
Alors, pourquoi le coup d'Etat a-t-il eu lieu maintenant?	26
Qui a promu le coup d'état?	26
Outre les partis conservateurs, quels sont les autres secteurs qui sont derrière le coup d'Etat?	27
Pourquoi les allégations de corruption sont-elles liées au coup d'Etat?	28
Le coup d'Etat aurait-il pu être évité?	28
Qu'est-ce que le gouvernement de Michel Temer propose?	28
Qui lutte contre le coup d'État?	29
Que pouvez-vous faire pour aider les brésiliens dans la lutte contre le coup d'état?	29



#FORA TEMER

VAI TER
LUTA
FORA TEMER

MINISTÉRIO
NOS
PRESENTA

TEMER
TRAI

THE
LAST
OF US

778R-10

UNE

GUIA DO GOLPE NO BRASIL PARA ESTRANGEIROS

1 Houve um golpe no Brasil?

Sim. O processo de impedimento de um presidente está previsto na Constituição Federal do Brasil. Uma lei federal de 1950 define os crimes que podem levar ao afastamento de um mandatário e regulamenta o processo de julgamento. Em 1992 um processo desse tipo depôs o presidente Fernando Collor de Mello, portanto, há um precedente recente na história democrática brasileira. Naquele episódio, comprovou-se que o chefe do Executivo havia cometido ato incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo (Art. 9ª, parágrafo 7) ao ser beneficiado por esquema de corrupção mantido pelo tesoureiro de sua campanha presidencial, Paulo César Farias. No caso de Dilma, o processo de impeachment não considerou a condição preliminar para a instalação do processo contra a presidente da república: a existência de um crime de responsabilidade comprovado. O argumento legal utilizado contra Dilma é o de que ela teria cometido dois “crimes”: o primeiro seria a edição de seis decretos presidenciais no ano de 2015 para ampliar o crédito a ações previstas no orçamento no valor de R\$ 95 bilhões. Esses decretos foram editados porque os recursos inicialmente disponíveis eram insuficientes, o que é absolutamente corriqueiro. As receitas do governo, assim como as necessidades orçamentárias, podem variar ao longo do ano. Os parlamentares favoráveis ao impeachment afirmam que esses decretos deveriam ser aprovados pelo Congresso Nacional, o que não encontra amparo na legislação brasileira. O segundo crime cometido por Dilma teria sido as chamadas “pedalas fiscais”, operações orçamentárias realizadas pelo Tesouro Nacional que consistem em atrasar o repasse de recursos a bancos públicos e privados com a intenção de aliviar a situação fiscal do governo em um determinado mês ou ano, apresentando melhores indicadores econômicos ao mercado financeiro e aos especialistas

em contas públicas. Isto ocorre porque, apesar de o gasto social ter efetivamente ocorrido, ele ainda não saiu das contas do Governo Federal, quando o mesmo divulga seu balanço anual. Assim, este artifício pode ser usado para aumentar o superávit primário (economia feita para pagar os juros da dívida pública) ou impedir um déficit primário maior (quando as despesas são maiores que as receitas). Ou seja, ao deixar de transferir o dinheiro para os bancos estatais, o governo apresentava despesas contabilmente menores do que as que ocorreram na prática. Acontece que essas operações fiscais foram realizadas por todos os presidentes anteriores sem que tivesse havido qualquer consequência administrativa, política ou jurídica. Ademais, esses atrasos já foram devidamente regularizados no mesmo ano fiscal, antes mesmo da instalação do processo do impeachment. Por essa razão, os “crimes” atribuídos a Dilma são completamente inexistentes. E impeachment, sem crime de responsabilidade comprovado, é golpe.

2 O governo Dilma representava uma ameaça às elites econômicas brasileiras?

Não. Apesar de ter vencido as eleições presidenciais de 2014 com um discurso de garantias dos direitos sociais frente a crise econômica e de manutenção do papel do Estado como indutor do desenvolvimento econômico, derrotando as posições mais radicais em favor do mercado, demorou poucas semanas para que Dilma e seu governo promovessem uma verdadeira guinada em favor de saídas conservadoras para lidar com a crise econômica. Ela adotou o programa de seu adversário derrotado na véspera e deu curso a um duríssimo ajuste fiscal. Três dias após as eleições, ela autorizou a elevação dos juros por parte do Banco Central. Em seguida, demitiu o Ministro da Economia, Guido Mantega, um economista identificado com posições

mais desenvolvimentistas, para nomear em seu lugar um economista ligado ao Bradesco, principal banco privado do Brasil. Em seguida, outra medida, tomada em dezembro de 2014, dois dias antes de assumir seu segundo mandato, impôs restrições aos direitos trabalhistas e previdenciários, como o seguro por morte, o auxílio-doença e o benefício concedido aos pescadores na época da reprodução dos peixes. Segundo a nova equipe econômica de Dilma, alinhada com os discursos de austeridade do mercado, essas restrições eram fundamentais para corrigir “distorções” e garantir recursos suficientes para a geração do superávit primário, como é conhecida a economia de recursos para o pagamento dos juros da dívida pública. Além disso, Dilma acelerou o programa de privatizações de rodovias, porto e aeroportos, atendendo uma antiga demanda dos investidores estrangeiros. Além disso, Dilma promoveu novos cortes no orçamento das áreas sociais, além de enviar ao parlamento projeto de lei que previa o congelamento dos salários dos trabalhadores do serviço público nos estados, em troca de condições mais favoráveis ao pagamento das dívidas que estes mantêm com a União. Por fim, Dilma incentivou o debate sobre uma reforma no sistema de pensões e aposentadorias que atingiria em cheio os mais pobres. O projeto, que teve forte objeção das centrais sindicais e movimentos sociais, está agora na agenda do governo golpista de Michel Temer. Portanto, não é correto afirmar que Dilma representava qualquer ameaça aos interesses dos grandes grupos econômicos nacionais ou estrangeiros. As medidas tomadas por ela ao longo de 2015 e 2016 tinham total amparo destes setores e eram coordenadas por uma agente egresso do sistema financeiro, seu ministro da economia, Joaquim Levy.

3 Então, por que o golpe ocorreu agora?

O Brasil vivia um processo de desaceleração econômica desde o início de 2014, por força de dois fatores: a política monetária e a crise internacional. Mas não era nada que se comparasse ao descontrole enfrentado após as medidas ultraortodoxas do início de 2015. O mercado reivindicava iniciativas mais duras e rápidas. O que Dilma provavelmente não faria é uma repressão

forte aos movimentos de protesto que surgiriam a partir daí. A crise econômica que se iniciou em 2008 teve poucos efeitos no Brasil até 2011. A partir dali o aumento da inflação, a retração do investimento, a estagnação da indústria e o aumento do desemprego começaram a ampliar a instabilidade política. Em junho de 2013, quando protestos gigantescos tomaram as ruas das principais cidades do país, a crise mostrava um aprofundamento agudo, o que também explica aqueles protestos (que começaram contra o aumento das tarifas do transporte público). Em 2015, primeiro ano do ajuste fiscal de Dilma, o Produto Interno Bruto teve uma retração de -3,8%. Esse foi o pior resultado desde 1990. Enquanto o governo manteve seu compromisso com a austeridade total e as perspectivas da economia eram desfavoráveis, as entidades empresariais que representam os interesses dos grandes capitalistas (FIESP, FIRJAN e CNI) mantiveram-se contrários ao impeachment, inclusive divulgando um manifesto contra o impedimento de Dilma, em fevereiro. Mas quando os primeiros prognósticos apontavam para uma retomada do crescimento mundial a partir de 2017, a proposta voltou a ganhar apoio. Ao mesmo tempo, a decisão de iniciar o processo contra Dilma agora teve ainda outro elemento: a necessidade de conter as investigações da Polícia Federal e do Ministério Público contra os principais políticos do Brasil, através da Operação Lava Jato. Como Dilma estava absolutamente fragilizada politicamente, o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, decidiu instalar o processo contra Dilma assim que o Partido dos Trabalhadores (PT) informou que não o defenderia no processo movido pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e que pedia a cassação de seu mandato como deputado. A combinação desses dois fatores – a necessidade de impedir o aprofundamento das investigações da Polícia Federal, o que ficou comprovado posteriormente em gravações envolvendo o principal ministro de Temer, Romero Jucá, e as perspectivas de retomada do crescimento econômico – explicam porque o golpe ocorrera agora.

4 Quem promoveu o golpe?

O golpe foi promovido por um consórcio de partidos políticos conservadores que detém, desde os governos

de Lula, ampla maioria no parlamento brasileiro. Parte deles – como o partido do vice-presidente, Michel Temer – são aliados do PT há mais de uma década. Os primeiros a defenderem o impeachment de Dilma integram a coalização de partidos que foram derrotados nas eleições de 2014: o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), o Partido Popular Socialista (PPS) e o Democratas (DEM). Em seguida, aderiram à proposta de impeachment partidos menores, como o Partido Verde (PV), o Solidariedade (SD) e setores do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o partido do vice-presidente, Michel Temer. Mas o que abriu caminho para o golpe foi o rompimento de Dilma com a base social do PT, através do ajuste fiscal e da decepção popular que se seguiu. Conforme o desgaste de Dilma foi se ampliando, seja por seu duro ajuste fiscal, seja pela campanha de desgaste promovido pela imprensa, os partidos conservadores que estiveram nos governos do PT começaram a se deslocar para a oposição. Foi o que aconteceu, por exemplo, com partido como o Partido Progressista (PP), antigo partido da Ditadura Militar que compunha os governos de Lula e Dilma, o Partido Republicano (PR), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Republicano Brasileiro (PRB). Em alguns meses, toda a base parlamentar de apoio a Dilma, formada em boa parte por partidos conservadores, abandonou a presidente e passou a defender o impeachment. Entre os partidos que faziam parte do governo sobraram apenas o próprio PT, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Esses partidos somavam menos de 100 parlamentares entre os 513 que existem na Câmara dos Deputados. O PSOL, que foi oposição de esquerda a Lula e Dilma, não se associou às manobras da direita conservadora e, mesmo não concordando com as políticas implementadas pelo PT, lutou contra o golpe.

5 Além dos partidos conservadores, quais outros setores estão por trás do golpe?

Além dos partidos conservadores, há outros atores por trás do golpe. No auge dos protestos que

tomaram as ruas do Brasil em junho de 2013, os setores conservadores decidiram disputar os rumos das mobilizações. Majoritariamente liderada pelos partidos de esquerda em sua primeira fase, os protestos de junho de 2013 tornaram-se um processo em disputa em sua fase final. Para fazer frente a essa disputa, os setores conservadores formaram, pela primeira vez no Brasil, movimentos de rua para fazer frente a esquerda. Neste processo surgiram o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Revoltados On Line. Além destes, grupos que defendiam uma intervenção militar das forças armadas e a instalação de uma nova Ditadura Militar também começaram a se manifestar publicamente em favor do golpe. Esses “movimentos” de extrema-direita passaram a liderar as manifestações que ocorreram em 2015 e 2016 em favor do impeachment de Dilma. Além desses movimentos, a grande imprensa também foi parte decisiva no golpe. No Brasil, como em quase toda a América Latina, os meios de comunicação são de propriedade de cinco grandes famílias que controlam as principais emissoras de TV, rádio e jornais. Até o aprofundamento da crise econômica, esses veículos, em sua maioria, mantiveram uma relação amistosa com os governos de Lula e Dilma. Afinal, nenhum deles impôs qualquer restrição a esses monopólios, ao mesmo tempo em que mantiveram intocados os grandes contratos de publicidade estatal junto a esses veículos. Com o aprofundamento da crise econômica, porém, a grande imprensa viu uma oportunidade ideal para produzir o mal-estar que faltava para viabilizar uma saída extrema como o impeachment. Diariamente, dezenas de noticiários agiram para ampliar o desconforto da população com a crise. Além disso, os escândalos de corrupção investigados pela Polícia Federal, foram associados exclusivamente ao PT e aos governos Lula e Dilma. Embora a corrupção nesses governos esteja comprovada, ela também atingia outros partidos e governos, que foram “blindados” pela grande imprensa. Por fim, cabe reiterar o papel do capital financeiro – através das chamadas “agências de risco” – e da burguesia industrial brasileira representada na CNI, FIESP e FIRJAN (entidades ligadas à indústria) e na CNA (entidade que representa os grandes latifundiários). Elas também, ao se unificarem em favor do impeachment, também foram decisivos para a promoção do golpe.

6 O que as denúncias de corrupção têm a ver com o golpe?

Formalmente, nada. Mas as denúncias de corrupção foram decisivas para colocar a maioria da população a favor do impeachment. A partir de investigações da Polícia Federal, desvendou-se um esquema de desvio de recursos públicos na Petrobrás e em outras estatais que envolvia grandes construtoras, agentes públicos, lideranças políticas e partidos políticos. Embora esse esquema de corrupção não tenha sido criado nos governos Lula e Dilma, seu aprofundamento e o envolvimento de partidos tradicionalmente de esquerda, foi extremamente útil aos estrategistas do golpe. Embora a denúncia contra Dilma nada tenha a ver com a corrupção investigada pela Polícia Federal, a prisão de vários políticos ligados ao PT ou ao governo de Dilma, criou o clima favorável para que a imprensa pudesse ampliar o já imenso mal-estar da população com o sistema político e a maioria dos partidos e promover a falsa ideia de que o afastamento de Dilma poderia diminuir a corrupção.

7 O golpe poderia ser evitado?

Sem dúvida. Durante todo seu segundo mandato, Dilma buscou diminuir o conflito com as elites econômicas do país, ampliando as concessões a esses setores e aprofundando um brutal ajuste fiscal que retirou direitos dos trabalhadores e jogou o Brasil na maior recessão dos últimos 20 anos. A estratégia de Dilma, portanto, foi a de reconstruir o que chamamos de “pacto de classe” com o objetivo de retomar o crescimento e evitar uma adesão em massa das elites econômicas ao impeachment. Essa estratégia, como sabemos, revelou-se um retumbante fracasso. Vale lembrar que Dilma venceu as eleições de 2014 com a menor diferença da história das disputas presidenciais, o que demonstrava um desgaste do projeto liderado pelo PT. Mas essa vitória só foi possível porque no segundo turno Dilma se aproximou de posições mais

progressistas, como a manutenção dos direitos sociais e a defesa do Estado como indutor do desenvolvimento econômico. Ao abandonar essa plataforma, optando por um ajuste econômico favorável ao mercado com vistas a retomar a aliança com os grandes capitalistas brasileiros, Dilma interditou a única estratégia que poderia evitar o golpe: aprofundar a aliança com os movimentos sociais e setores progressistas para superar a crise a partir de um programa anti austeridade. Esse programa, além de contar com a simpatia da maioria do povo brasileiro, seria capaz de minar o poder de alguns dos grupos econômicos que atuaram decididamente em favor do golpe. Esse programa, reivindicado pelos principais movimentos sociais do país, incluía a diminuição da taxa de juros da dívida pública, a taxação das grandes fortunas, a regulamentação dos meios de comunicação, o combate aos sonegadores, a ampliação do investimento público, o aumento de impostos sobre os bancos, dentre outras medidas. Ao contrário disso, Dilma optou por um programa recessivo que minou qualquer apoio popular a seu governo (quando o golpe foi consumado, Dilma tinha apenas 8% de aprovação como presidente) e pavimentou o caminho do impeachment.

8 O que o governo de Michel Temer propõe?

Assim que assumiu a presidência, Michel Temer deixou claro que estava disposto a colocar em ação uma agenda regressiva. Ele assume o governo com dois objetivos aparentemente contraditórios: de um lado, aplicar um ajuste feroz nas contas públicas; de outro, buscar legitimação popular acelerando a retomada do crescimento econômico previsto para este ano. Assim, Michel Temer aumentou a previsão de déficit público para este ano de R\$ 96 bilhões para R\$ 170,5 bilhões, confirmou os aumentos salariais já negociados por Dilma, aumentou o Bolsa Família além do valor proposto pelo governo anterior, liberou recursos bloqueados pelo ajuste de Dilma, ampliou o teto do financiamento imobiliário para até R\$ 3 milhões de reais, beneficiando a alta renda, mas produzindo um forte incentivo à construção civil. Com estas medidas busca acelerar a retomada do crescimento econômico e, assim, se legitimar. A sua agenda de médio prazo, porém, é assustadora. A proposta de engessar o orçamento

público, limitando sua variação à inflação por 20 anos, terá como consequência uma brutal redução dos gastos per capita da União. A viabilização dessa proposta implicará numa reforma da previdência profundamente regressiva, implantação de idade mínima, incentivo aos planos de saúde privados tirando da rede pública alguns milhões de usuários, privatização do ensino superior, mudanças nas regras para exploração do petróleo e quebra de direitos trabalhistas. A contradição entre as duas agendas é apenas aparente. Só um governo minimamente legitimado pela superação da recessão dos últimos dois anos terá força para fazer os ajustes estruturais que fazem parte destas medidas de médio para longo prazo exigidas pelo mercado. É este cenário que os movimentos sociais e os partidos da oposição devem se preparar para enfrentar.

9 Quem está lutando contra o golpe?

Desde 2015 existem duas frentes que envolvem os principais movimentos sociais do país – sindicatos, sem-terra, sem-teto, estudantes, dentre outros: a Frente Brasil Popular (FBP) e a Frente Povo Sem Medo (FPSM). A FBP, mais identificada com o Partido dos Trabalhadores, é liderada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). A FPSM, independente de partidos políticos, é liderada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), movimento que ganhou muita força a partir da crise econômica de 2008 e com grande presença em São Paulo, a maior cidade do Brasil e cenário dos principais atos de rua do país. Durante o ano de 2015, as frentes atuaram cada uma com sua estratégia. A FBP priorizou a defesa do governo de Dilma. A FPSM teve como centro de sua ação o combate à retirada de direitos promovida pelo governo de Dilma. No começo do ano de 2016, quando ficou claro que a possibilidade do golpe era real, os movimentos sociais começaram a se unificar. O primeiro ato convocado em conjunto entre as duas frentes ocorreu em 31 de março deste ano. As manifestações de rua convocadas neste dia foram as primeiras manifestações de massa lideradas pela esquerda desde junho de 2013. Após o golpe, essas duas frentes têm mantido uma estratégia comum de enfrentamento ao governo golpista de Temer. As propostas de unificação numa única frente, porém,

têm sido rechaçadas de parte a parte. Além dos setores organizados em entidades e movimentos sociais, há ainda uma forte presença de artistas (que participaram ativamente da luta contra a extinção do Ministério da Cultura), movimento feminista (que denunciou a completa ausência de mulheres no ministério de Temer) e a juventude, que tem sido um dos setores mais dinâmicos na luta contra Temer.

10 O que você pode fazer para ajudar os brasileiros na luta contra o golpe?

A denúncia internacional do golpe é parte fundamental na luta pela democracia no Brasil. Nosso país vive uma profunda crise política e institucional produzida por um processo ilegal que afastou uma presidente legítima que não cometeu qualquer crime. Apesar das fragilidades de seu governo, a vontade soberana do povo brasileiro concedeu a Dilma mais um mandato como chefe do Poder Executivo e este mandato popular precisa ser respeitado. Dilma não foi derrubada por uma revolução ou um referendo revogatório: ela foi derrubada por uma plutocracia partidária que viu no impeachment uma oportunidade de retomar o controle pleno sobre os negócios do Estado. Portanto, pressionar os demais governos e os organismos multilaterais para que não reconheçam o governo ilegítimo de Temer, caso a conclusão do processo de impeachment leve ao afastamento definitivo de Dilma. Outras manifestações de solidariedade, como atos públicos e manifestações de qualquer tipo, também serão muito bem-vindos. Mas o mais eficiente, neste momento, é mostrar que o Brasil vive um golpe parlamentar que fere a democracia e o direito em nosso país. Você pode fazer parte dessa resistência e contornar o bloqueio da imprensa nacional, que atua para proteger os interesses dos monopólios e retirar os direitos sociais conquistados na Constituição Federal de 1988. Você pode fazer parte dessa resistência.

Juliano Medeiros
Gilberto Maringoni
Francisvaldo Mendes



A GUIDE TO THE COUP IN BRAZIL FOR FOREIGNERS

1 Was there a coup in Brazil?

Yes. The impeachment process of a president is provided in the Brazilian Constitution. A Federal law of 1950 defines the crimes that may lead to the ousting of an agent from the office, and also regulates the trial process. In 1992, such a process ousted the president Fernando Collor de Mello; therefore, there is a recent precedent in the Brazilian democratic history. In that episode, it was proven that the chief of the Executive power committed acts incompatible with the dignity, honor and decency of his office (Art. 9, paragraph 7), since he benefited from a corruption scheme maintained by the treasurer of his presidential campaign, Paulo César Farias. In Dilma's case, the impeachment process did not consider the preliminary condition to file a process against the president of the republic: the existence of a proven crime of responsibility. The legal argument used against Dilma is that she would have committed two "crimes": the first would be the issuance of six presidential decrees in 2015 to extend credit for actions foreseen in the budget at an amount of BRL 95 billion. These decrees were issued because the resources initially available were insufficient, which is absolutely commonplace. The government revenues, as well as the budgetary requirements, may vary throughout the year. Congressmen in favor of impeachment claim that these decrees should have been approved by the National Congress, which finds no support in the Brazilian legislation. The second crime committed by Dilma would have been the so-called "pedaladas fiscais", which are budgetary operations carried out by the National Treasury consisting of delaying the transfer of funds to the public and private banks with the intention to alleviate the government's fiscal situation in a given month or year, presenting better economic indicators to the financial market and experts in public accounts. This is because,

although the social spending actually occurred, it still hasn't left the Federal Government's accounts, when it publishes its annual balance sheet. Thus, this device can be used to increase the primary surplus (savings made to pay the interest on public debt) or prevent a higher primary deficit (when expenses are greater than revenues). That is, by failing to transfer the money to the state banks, the government presented lower accounting expenses than those that indeed occurred. It turns out that these tax operations were performed by all previous presidents without any administrative, political or legal consequence. Moreover, these delays have already been properly settled in the same tax year, even before the beginning of the impeachment process. For this reason, the "crimes" attributed to Dilma are completely nonexistent. And the impeachment without a proven crime of responsibility is a coup.

2 Did the Dilma government pose a threat to the Brazilian economic elites?

No. Despite winning the 2014 presidential elections with a speech guaranteeing social rights in light of an economic crisis and maintaining the role of the State as a promoter of economic development, defeating the most radical positions in favor of the market, it took a few weeks for Dilma and her government to promote a real shift in favor of conservative solutions to deal with the economic crisis. She adopted the program of her opponent, defeated the day before, and carried out a severe fiscal adjustment. Three days after the election, she authorized the rise in interest rates by the Central Bank. Next, she dismissed the Minister of Economy Guido Mantega, an economist with a position towards development, to name in his stead an economist linked to Bradesco, the main private bank in Brazil. Then

another measure, taken in December 2014, two days before assuming her second term, imposed restrictions on labor and social security rights, such as insurance for death, sickness benefit and the benefit granted to fishermen during the period of fish reproduction. According to the new economic team of Dilma, in line with the talk about market austerity, these restrictions were essential to correct the "distortions" and ensure sufficient resources to generation primary surplus, as the saving of resources is known for the payment of interest on public debt. In addition, Dilma accelerated the program to privatize the roads, ports and airports, meeting an old demand from foreign investors. In addition, Dilma promoted new budget cuts in social areas, and also sent to the parliament a bill providing for the freezing of public service workers' wages in the states, in exchange for more favorable conditions for the payment of the debts they have with the Federal Government. Finally, Dilma encouraged the debate on a reform in the pension and retirement system, which would fully impact the poorer. The project, which was a target of strong objections from trade unions and social movements, is now in the agenda of the coupist government of Michel Temer. Therefore, it is not correct to say that Rousseff posed any threat to the interests of large national or foreign economic groups. The measures taken by her throughout the years of 2015 and 2016 were fully supported by these sectors and were coordinated by an egress agent of the financial system, her minister of economy, Joaquim Levy.

3 So, why did the coup happen now?

Brazil was experiencing a process of economic slowdown since the beginning of 2014, due to two factors: monetary policy and the international crisis. But it was nothing compared to the lack of control faced after the ultra-orthodox measures in early 2015. The market claimed stricter and faster initiatives. What Dilma would probably not do was to strongly repress the protest movements that would rise from this moment on. The economic crisis started in 2008 had little effect in Brazil until 2011. As of this point, the rise in inflation, retraction in investments, industry stagnation and increased unemployment began to amplify the political instability. In June 2013, when

massive protests took to the streets of major cities in the country, the crisis looked deep, which also explains those protests (which began against the increase in public transportation fares). In 2015, the first year of the fiscal adjustment of Dilma, the Gross Domestic Product decreased in -3.8%. This was the worst result since 1990. While the government maintained its commitment to total austerity and the economic prospects were unfavorable, the business entities representing the interests of big capitalists (FIESP - Federation of Industries of the State of São Paulo, FIRJAN - Federation of Industries of the State of Rio de Janeiro and CNI - National Confederation of Industry) remained opposed to the impeachment, and even published a manifesto against the impeachment of Dilma, in February. But when the first predictions pointed to a resumption of global growth as of 2017, the proposal gained support once again. At the same time, the decision to start the process against Rousseff had yet another element: the need to contain the investigations conducted by the Federal Police and the Public Prosecutor against the main politicians of Brazil, through "Operação Lava Jato" (Operation Car Wash). Since Dilma was completely politically weakened, the president of the Chamber of Deputies, Eduardo Cunha, decided to build the case against Dilma as soon as the Workers Party (PT) reported that they would not defend him against the lawsuit filed by the Party of Socialism and Liberty (PSOL), which called for the cancellation of his tenure as deputy. The combination of these two factors - the need to prevent deeper investigations by the Federal Police, which was later proven by recordings involving the main Minister of Temer, Romero Jucá, and the prospects to resume the economic growth - explain why the coup occurred now.

4 Who promoted the coup?

The coup was promoted by a consortium of conservative political parties which hold, since the government of Lula, the vast majority in the Brazilian parliament. Part of them - such as the vice president Michel Temer's party - have been allies of the PT for more than a decade. The first ones to defend the impeachment of Dilma integrate the coalition of parties that were defeated in the 2014 elections: the

Brazilian Social Democracy Party (PSDB), the Popular Socialist Party (PPS) and the Democrats (DEM). Then, smaller parties adhered to the impeachment proposal, such as the Green Party (PV), Solidarity (SD) and sectors of the Brazilian Democratic Movement Party (PMDB), the party of the vice president, Michel Temer. But what paved the way for the coup was Dilma's breakup with the social base of PT through fiscal adjustment and subsequent popular disappointment. As Dilma became more and more worn out, whether for her severe fiscal adjustment, or by the wearing campaign promoted by the press, the conservative parties that have been in PT governments began to move to the opposition. This is what happened, for example, with parties such as the Progressive Party (PP), a former party of the military dictatorship that was part of the governments of Lula and Dilma, the Republican Party (PR), the Brazilian Labor Party (PTB) and the Brazilian Republican Party (PRB). In a few months, the entire parliamentary base supporting Dilma, formed largely by conservative parties, abandoned the president and went on to defend the impeachment. Among the parties that were part of the government, only PT itself, the Communist Party of Brazil (PCdoB) and the Democratic Labor Party (PDT) remained. These parties totaled less than 100 congressmen of the 513 that exist in the Chamber of Deputies. PSOL, which was the left-wing opposition to Lula and Dilma, did not associate with the maneuvers from the conservative right and, even not agreeing with the policies implemented by PT, fought against the coup.

5 In addition to the conservative parties, what other sectors are behind the coup?

Additionally to the conservative parties, there are other players behind the coup. At the peak of the protests that took to the streets of Brazil in June 2013, the conservative sectors have decided to compete in the course of the manifestations. Mainly led by the leftist parties in its first stage, the protests of June 2013, in the final stage, became a process of dispute.

In order to be part in this dispute, the conservative sectors, for the first time ever in Brazil, formed street movements to fight the left. In this process, movements like Movimento Brasil Livre (MBL - Free Brazil Movement) and Revoltados On Line. In addition to them, groups advocating military intervention of the armed forces and the installation of a new Military Dictatorship also began to manifest publicly in favor of the coup. These radical-right "movements" began to lead the demonstrations that took place in 2015 and 2016 in favor of Dilma's impeachment. In addition to these movements, the mainstream press was also a decisive part in the coup. In Brazil, as in most of Latin America, the media are owned by five large families owned which control the main TV stations, radio broadcasters and newspapers. Until the worsening of the economic crisis, these vehicles, in their majority, maintained a friendly relationship with the governments of Lula and Dilma. After all, neither imposed any restriction to these monopolies, while they kept untouched the large contracts of state advertising signed with these vehicles. When the economic crisis got worse, however, the mainstream media saw an ideal opportunity to produce the malaise that was needed to enable an extreme solution, such as the impeachment. Every day, dozens of news reports acted to increase the discomfort of the population towards the crisis. Moreover, corruption scandals investigated by the Federal Police were associated exclusively to the PT and the governments of Lula and Dilma. While corruption in these governments is proven, it also reached other parties and governments, which were "shielded" by the main press. Finally, it is worth reiterating the role of finance capital - through so-called "rating agencies" - and the Brazilian industrial bourgeoisie represented by the CNI, FIESP and FIRJAN (entities related to the industry) and by the CNA (National Confederation of Agriculture, an entity that represents the big landowners). When they unified in support to the impeachment, they were also crucial to promote the coup.

6 How are the allegations of corruption related to the coup?

Formally, they are not. But the corruption allegations were decisive to place the majority of the population in favor of impeachment. The Federal Police investigations unraveled a scheme to misappropriate public resources in Petrobras and other state-owned companies, involving large construction firms, public officers, political leaders and political parties. Although this corruption scheme was not established in the governments of Lula and Dilma, the deepening and the involvement of traditional parties of the left was extremely useful for the planners of the coup. Although the allegations against Dilma have nothing to do with the corruption scheme investigated by the Federal Police, the arrest of several politicians linked to PT or the Dilma government created a favorable climate for the press to enhance the disbelief of the population concerning the political system and most parties, and to promote the false idea that the ousting of Dilma would reduce the corruption.

7 Could the coup have been avoided?

Certainly. Throughout her second term, Dilma sought to reduce the conflict with the economic elites of the country, extending concessions to these sectors and intensifying a brutal fiscal adjustment that removed workers' rights and placed Brazil in the worst recession in the last 20 years. Rousseff's strategy, therefore, was to rebuild the so-called "class pact" in order to restore growth and prevent massive support of the economic elites to the impeachment. This strategy, as we know, proved to be a resounding failure. It is worth remembering that Dilma won the 2014 elections with the smallest difference in the history of presidential races, which showed that the project led by PT was worn out. However, this victory was only possible because, in the second round, Dilma approached more progressive positions, such as the maintenance of social rights and the defense of the State as a promoter of economic development. By abandoning this platform, opting for an economic adjustment favorable to the market in order to resume the alliance with the major Brazilian capitalists, Dilma interdicted the only strategy that could avoid the coup:

strengthening the alliance with the social movements and progressive sectors to overcome the crisis from an anti-austerity program. This program, in addition to gaining the sympathy of the majority of the Brazilian people, would be able to undermine the power of some of the economic groups that acted decisively in favor of the coup. This program, claimed by the major social movements of the country, included the reduction of the interest rates of the public debt, taxation of large fortunes, regulation of the media, fight against tax evaders, expansion of public investment, raising taxes on banks, among other measures. As opposed to that, Dilma chose a recessive program that undermined any popular support for his government (when the coup was consummated, Dilma had only 8% of approval rating as president) and paved the way for impeachment.

8 What are the proposals of the government of Michel Temer?

Once he assumed the presidency, Michel Temer made it clear that he was willing to put a regressive agenda into action. He takes office with two seemingly contradictory goals: on the one hand, to apply a fierce adjustment in the public accounts; on the other, to seek popular legitimization, accelerating the resumption of the economic growth estimated for this year. Thus, Michel Temer increased the estimated budget deficit for this year from BRL 96 billion to BRL 170.5 billion, confirmed the salary increases already negotiated by Dilma, increased the social benefit "Bolsa Família" to exceed the amount proposed by the previous government, released funds blocked by Dilma's adjustment, increased the limit of real estate lease to up to BRL 3 million reais, benefiting persons with high income, but producing a strong incentive to civil construction. With these measures, Temer seeks to accelerate the resumption of the economic growth and, thus, to legitimize his government. His agenda for the medium-term, however, is frightening. The proposal to freeze the public budget, limiting its variation according to the inflation for 20 years, will lead to a sharp reduction in spending per capita of the Federal Government. The feasibility of this

proposal will lead to a deeply regressive reform in the social security system, implementation of a minimum age for retirement, encouraging private health care plans and taking from the public health care system a few million users, privatization of the universities, changes in the rules for oil exploitation and breach of labor rights. The contradiction between the two agendas is only apparent. Only a government that is minimally legitimized due to overcoming the recession of the past two years will have the strength needed to make the structural adjustments which are part of these medium- and long-term measures required by the market. This is the scenario which the social movements and the opposition parties must be prepared to face.

9 Who is fighting against the coup?

Since 2015, there are two fronts involving the main social movements in the country - unions, landless workers, homeless, students, and others: Brazil's Popular Front (FBP) and the Fearless People Front (FPSM). The FBP, mostly identified with the Workers Party, is led by the Landless Workers' Movement (MST). FPSM, not affiliated to political parties, is led by the Homeless Workers Movement (MTST), which has gained much of its strength from the economic crisis of 2008 and with a strong presence in São Paulo, the largest city in Brazil and the scene of the major street protests in the country. During 2015, each of the fronts acted with their own strategy. FBP prioritized the defense of Dilma's government. The actions of FPSM were focused on fighting the withdrawal of rights promoted by the Dilma government. Earlier in the year of 2016, when it became clear that the possibility of the coup was real, social movements began to unify. The first act called jointly by the two fronts occurred on March 31st of this year. The street demonstrations called on this day were the first mass demonstrations led by the left since June 2013. After the coup, these two fronts have maintained a common strategy - confront the coupist government of Temer. Proposals to unify the movement in a single front, however, have been rejected by each side. In addition to the sectors organized in entities and social movements, there is also the

strong presence of artists (who actively participated in the fight against the extinction of the Ministry of Culture), the feminist movement (which denounced the complete absence of women in Temer's ministry) and the youth movement, which has been one of the most dynamic sectors in the fight against Temer.

10 What can you do to help Brazilians fight against the coup?

The international denunciation of the coup is a fundamental part in the struggle for democracy in Brazil. Our country is experiencing a severe political and institutional crisis caused by an illegal process that removed a legitimate president who has not committed any crime. Despite the weaknesses of her government, the sovereign will of the Brazilian people gave Dilma another term as head of the Executive Power, and this popular mandate must be respected. Dilma was not overthrown by a revolution or a referendum: she was overthrown by a party plutocracy, which saw the impeachment as an opportunity to regain full control over State affairs. Therefore, it is necessary to press other governments and multilateral organizations not to recognize the illegitimate government of Temer, if the completion of the impeachment process leads to the definitive ousting of Dilma. Other manifestations of solidarity, such as public acts and demonstrations of any kind, will also be very helpful. But the most effective measure, at this point, is to show that Brazil is experiencing a parliamentary coup that hurts democracy and the Law in our country. You can be part of this resistance and circumvent the blockade of the national press, which acts to protect the interests of the monopolies and to remove the social rights achieved by the Federal Constitution of 1988. You can be part of this resistance.

Juliano Medeiros
Gilberto Maringoni
Francisvaldo Mendes



GUÍA DEL GOLPE EN BRASIL PARA EXTRANJEROS

1 ¿Hubo un golpe en Brasil?

Sí. El proceso de impedimento de un presidente está previsto en la Constitución Federal de Brasil. Una ley federal de 1950 define los crímenes que pueden llevar al apartamiento de un mandatario y reglamenta el proceso de enjuiciamiento. En 1992 tal proceso derrocó al presidente Fernando Collor de Mello, por lo tanto, hay un precedente reciente en la historia democrática brasileña. En aquel episodio, se comprobó que el jefe del Ejecutivo había cometido acto incompatible con la dignidad, la honra y el decoro del cargo (Art. 9º, párrafo 7) al ser beneficiado por esquema de corrupción mantenido por el tesorero de su campaña presidencial, Paulo César Farias. En el caso de Dilma, el proceso de destitución no consideró la condición preliminar para la instalación del proceso contra la presidente de la república: la existencia de un crimen de responsabilidad comprobado. El argumento legal utilizado contra Dilma es el de que ella habría cometido dos “crímenes”: el primero sería la edición de seis decretos presidenciales en el año de 2015 para ampliar el crédito a acciones previstas en el presupuesto en el valor de R\$ 95 mil millones. Esos decretos fueron editados porque los recursos inicialmente disponibles eran insuficientes, lo que es absolutamente habitual. Los ingresos del gobierno, así como las necesidades presupuestarias, pueden variar a lo largo del año. Los parlamentarios favorables al proceso de destitución afirman que esos decretos deberían aprobarse por el Congreso Nacional, el que no encuentra amparo en la legislación brasileña. El segundo crimen cometido por Dilma habría sido las llamadas “maniobras fiscales”, operaciones presupuestarias realizadas por el Tesoro Nacional que consisten en atrasar el repaso de recursos a bancos públicos y privados con la intención de aliviar la situación fiscal del gobierno en un determinado mes o año, presentando mejores indicadores económicos al mercado financiero y a los especialistas en cuentas públicas. Esto ocurre porque, a pesar del gasto social haber ocurrido efectivamente, el gasto no salió todavía

de las cuentas del Gobierno Federal, cuando el mismo divulga su balance anual. Así, este artificio puede ser usado para aumentar el superávit primario (economía hecha para pagar los intereses de la deuda pública) o impedir un déficit primario mayor (cuando los gastos son mayores que los ingresos). Es decir, al dejar de transferir el dinero a los bancos estatales, el gobierno presentaba gastos contablemente menores que los que ocurrieron en la práctica. Ocurre que esas operaciones fiscales se realizaron por todos los presidentes anteriores sin que haya tenido cualquier consecuencia administrativa, política o jurídica. Además, esos atrasos ya fueron debidamente regularizados en el mismo año fiscal, antes mismo de la instalación del proceso de destitución. Por esa razón, los “crímenes” atribuidos a Dilma son completamente inexistentes. Y destitución, sin crimen de responsabilidad comprobado, es golpe.

2 ¿El gobierno Dilma representaba una amenaza a las elites económicas brasileñas?

No. A pesar de haber vencido las elecciones presidenciales de 2014 con un discurso de garantías de los derechos sociales ante crisis económica y de mantenimiento del papel del Estado como inductor del desarrollo económico, derrotando las posiciones más radicales en favor del mercado, demoró pocas semanas para que Dilma y su gobierno promovieran una verdadera guiñada en favor de salidas conservadoras para lidiar con la crisis económica. Ella adoptó el programa de su adversario derrotado a la víspera y dio curso a un durísimo ajuste fiscal. Tres días después de las elecciones, ella autorizó la elevación de los intereses por parte de Banco Central. En seguida, dimitió al Ministro de la Economía, Guido Mantega, un economista identificado con posiciones más desarrolladoras, para nombrar en su lugar a un economista relacionado al Bradesco, principal banco privado de Brasil. En seguida, otra medida, tomada

en diciembre del 2014, dos días antes de asumir su segundo mandato, impuso restricciones a los derechos laborales y previsionales, como el seguro por muerte, el auxilio enfermedad y el beneficio concedido a los pescadores a la época de la reproducción de los peces. Según el nuevo equipo económico de Dilma, alineado a los discursos de austeridad del mercado, esas restricciones eran fundamentales para corregir “distorsiones” y garantizar recursos suficientes para la generación del superávit primario, como es conocida la economía de recursos para el pago de los intereses de la deuda pública. Además, Dilma aceleró el programa de privatizaciones de carreteras, puerto y aeropuertos, atendiendo a una antigua demanda de los inversionistas extranjeros. Además, Dilma promovió nuevos cortes en el presupuesto de las áreas sociales, además de enviar al parlamento proyecto de ley que previa el congelamiento de los salarios de los trabajadores del servicio público en los estados, a cambio de condiciones más favorables al pago de las deudas que estos mantienen con la Unión. Por fin, Dilma incentivó el debate sobre una reforma en el sistema de pensiones y jubilaciones que alcanzaría de lleno a los más pobres. El proyecto, que tuvo fuerte objeción de las centrales sindicales y movimientos sociales, está ahora en la agenda del gobierno golpista de Michel Temer. Por lo tanto, no es correcto afirmar que Dilma representaba cualquier amenaza a los intereses de los grandes grupos económicos nacionales o extranjeros. Las medidas tomadas por ella a lo largo del 2015 y 2016 tenían total amparo de estos sectores y eran coordinadas por una agente egreso del sistema financiero, su ministro de la economía, Joaquim Levy.

3 Entonces, ¿por qué el golpe ocurrió ahora?

Brasil vivía un proceso de desaceleración económica desde el inicio de 2014, por fuerza de dos factores: la política monetaria y la crisis internacional. Pero no era nada que se comparara al descontrol enfrentado después de las medidas ultra ortodoxas del inicio del 2015. El mercado reivindicaba iniciativas más duras y rápidas. Lo que Dilma probablemente no haría era una represión fuerte a los movimientos de protesta que surgieran a partir de ese momento. La crisis económica que se inició en 2008 tuvo pocos efectos en Brasil

hasta 2011. A partir de este punto el aumento de la inflación, la retracción de la inversión, la estagnación de la industria y el aumento del desempleo comenzaron a ampliar la inestabilidad política. En junio del 2013, cuando protestas gigantescas tomaron las calles de las principales ciudades del país, la crisis mostraba una profundización aguda, lo que también explica aquellas protestas (que comenzaron contra el aumento de las tarifas del transporte público). En 2015, primer año del ajuste fiscal de Dilma, el Producto Interno Bruto tuvo una retracción del -3,8%. Ese fue el peor resultado desde 1990. Mientras el gobierno mantuvo su compromiso con la austeridad total y las perspectivas de la economía eran desfavorables, las entidades empresariales que representan los intereses de los grandes capitalistas (FIESP, FIRJAN y CNI) se mantuvieron contrarias al proceso de destitución, incluso divulgando un manifiesto contra el impedimento de Dilma, en febrero. Pero cuando los primeros pronósticos apuntaban hacia una retomada del crecimiento mundial a partir del 2017, la propuesta volvió a ganar apoyo. Al mismo tiempo, la decisión de iniciar el proceso contra Dilma tuvo todavía otro elemento: la necesidad de contener las investigaciones de la Policía Federal y del Ministerio Público contra los principales políticos de Brasil, a través de la Operación Lava Jato. Como Dilma estaba absolutamente fragilizada políticamente, el entonces presidente de la Cámara de los Diputados, Eduardo Cunha, decidió instalar el proceso contra Dilma luego que el Partido de los Trabajadores (PT) informó que no lo defendería en el proceso movido por el Partido Socialismo y Libertad (PSOL) y que pedía la casación de su mandato como diputado. La combinación de esos dos factores – la necesidad de impedir la profundización de las investigaciones de la Policía Federal, lo que quedó comprobado posteriormente en grabaciones implicando al principal ministro de Temer, Romero Jucá, y las perspectivas de retomada del crecimiento económico – explican porque el golpe ocurrió ahora.

4 ¿Quién promovió el golpe?

El golpe fue promovido por un consorcio de partidos políticos conservadores que posee, desde los gobiernos de Lula, amplia mayoría en el parlamento brasileño.

Parte de ellos – como el partido del vicepresidente, Michel Temer – son aliados del PT hace más de una década. Los primeros que defendieron el proceso de destitución de Dilma integran la alianza de partidos que fueron derrotados en las elecciones de 2014: el Partido de la Social-Democracia Brasileña (PSDB), el Partido Popular Socialista (PPS) y el Demócratas (DEM). En seguida, adhirieron a la propuesta de destitución partidos menores, como el Partido Verde (PV), el Solidaridad (SD) y sectores del Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB), el partido del vicepresidente, Michel Temer. Pero lo que dio paso al golpe fue el rompimiento de Dilma con la base social del PT, a través del ajuste fiscal y de la decepción popular que se siguió. Conforme al desgaste de Dilma fue ampliándose, ya sea por su duro ajuste fiscal, ya sea por la campaña de desgaste promovida por la prensa, los partidos conservadores que estuvieron en los gobiernos del PT comenzaron a transferirse para la oposición. Fue lo que ocurrió, por ejemplo, con partido como el Partido Progresista (PP), antiguo partido de la Dictadura Militar que compondría los gobiernos de Lula y Dilma, el Partido Republicano (PR), el Partido Laboral Brasileño (PTB) y el Partido Republicano Brasileño (PRB). En algunos meses, toda la base parlamentaria de apoyo a Dilma, formada en gran medida por partidos conservadores, abandonó a la presidenta y pasó a defender el proceso de destitución. Entre los partidos que formaban parte del gobierno restaron apenas el propio PT, el Partido Comunista del Brasil (PCdelB) y el Partido Democrático Laboral (PDT). Esos partidos sumaban menos de 100 parlamentares entre los 513 que existen en la Cámara de los Diputados. PSOL, que fue oposición de izquierda a Lula y Dilma, no se asoció a las maniobras de la derecha conservadora y, aunque no concordando con las políticas implementadas por PT, luchó contra el golpe.

5 Además de los partidos conservadores, ¿cuáles otros sectores están detrás del golpe?

Además de los partidos conservadores, hay otros actores detrás del golpe. En el auge de las protestas

que tomaron las calles de Brasil en junio del 2013, los sectores conservadores decidieron disputar los rumbos de las movilizaciones. Mayoritariamente liderada por los partidos de izquierda en su primera fase, las protestas de junio del 2013 se convirtieron en un proceso en disputa en su fase final. Para hacer frente a esa disputa, los sectores conservadores formaron, por primera vez en Brasil, movimientos de calle para hacer frente a la izquierda. En este proceso surgieron el Movimiento Brasil Libre (MBL) y el Revoltosos On Line [Revoltados On Line]. Además, grupos que defendían una intervención militar de las fuerzas armadas y la instalación de una nueva Dictadura Militar también comenzaron a manifestarse públicamente en favor del golpe. Esos “movimientos” de extrema-derecha pasaron a liderar las manifestaciones que ocurrieron el 2015 y 2016 en favor del proceso de destitución de Dilma. Además de esos movimientos, la gran prensa también fue parte decisiva en el golpe. En Brasil, como en casi toda Latinoamérica, los medios de comunicación son de propiedad de cinco grandes familias que controlan las principales emisoras de TV, radio y diarios. Hasta la profundización de la crisis económica, esos vehículos, en su mayoría, mantuvieron una relación amistosa con los gobiernos de Lula y Dilma. A fin de cuentas, ninguno de ellos impuso cualquier restricción a esos monopolios, al mismo tiempo en que mantuvieron intocados los grandes contratos de publicidad estatal junto a esos vehículos. Con la profundización de la crisis económica, sin embargo, la gran prensa vio una oportunidad ideal para producir el malestar que faltaba para viabilizar una salida extrema como el proceso de destitución. Diariamente, decenas de noticieros actuaron para ampliar el incómodo de la población con la crisis. Además, los escándalos de corrupción investigados por la Policía Federal, fueron asociados exclusivamente al PT y a los gobiernos Lula y Dilma. A pesar de que la corrupción en esos gobiernos esté comprobada, ella también alcanzaba a otros partidos y gobiernos, que fueron “protegidos” por la gran prensa. Por fin, vale reiterar el papel del capital financiero – a través de las llamadas “agencias de riesgo” – y de la burguesía industrial brasileña representada en la CNI, FIESP y FIRJAN (entidades relacionadas a la industria) y en la CNA (entidad que representa los grandes latifundistas). Ellas también, al unificarse en favor del proceso de destitución, también fueron decisivas para la promoción del golpe.

6 ¿Qué las denuncias de corrupción tienen que ver con el golpe?

Formalmente, nada. Pero las denuncias de corrupción fueron decisivas para poner la mayoría de la población a favor del proceso de destitución. A partir de investigaciones de la Policía Federal, se descubrió un esquema de desvío de recursos públicos en Petrobrás y en otras estatales que involucraba a grandes constructoras, agentes públicos, liderazgos políticos y partidos políticos. A pesar de que ese esquema de corrupción no haya sido creado en los gobiernos Lula y Dilma, su profundización y la implicación de partidos tradicionalmente de izquierda, fue extremadamente útil a los estrategas del golpe. A pesar de que la denuncia contra Dilma nada tenga que ver con la corrupción investigada por la Policía Federal, la prisión de varios políticos relacionados al PT o al gobierno de Dilma, creó el clima favorable para que la prensa pudiera ampliar el ya inmenso malestar de la población con el sistema político y la mayoría de los partidos y promover la falsa idea de que el apartamiento de Dilma podría disminuir la corrupción.

7 ¿Se podría evitar el golpe?

Sin duda. Durante todo su segundo mandato, Dilma buscó disminuir el conflicto con las elites económicas del país, ampliando las concesiones a esos sectores y profundizando un brutal ajuste fiscal que sacó derechos de los trabajadores y lanzó Brasil en la mayor recesión de los últimos 20 años. La estrategia de Dilma, por lo tanto, fue la de reconstruir lo que llamamos de “pacto de clase” con el objetivo de retomar el crecimiento y evitar una adhesión en masa de las elites económicas al proceso de destitución. Esa estrategia, como sabemos, se reveló un retumbante fracaso. Vale recordar que Dilma venció las elecciones del 2014 con la menor diferencia de la historia de las disputas presidenciales, lo que demostraba un desgaste del proyecto liderado por el PT. Pero esa victoria sólo fue posible porque en la segunda vuelta Dilma se aproximó de posiciones más

progresistas, como el mantenimiento de los derechos sociales y la defensa del Estado como inductor del desarrollo económico. Al abandonar esa plataforma, optando por un ajuste económico favorable al mercado con vistas a retomar la alianza con los grandes capitalistas brasileños, Dilma vedó la única estrategia que podría evitar el golpe: profundizar la alianza con los movimientos sociales y sectores progresistas para superar la crisis a partir de un programa anti austeridad. Ese programa, además de contar con la simpatía de la mayoría del pueblo brasileño, sería capaz de minar el poder de algunos de los grupos económicos que actuaron decididamente en favor del golpe. Ese programa, reivindicado por los principales movimientos sociales del país, incluía la disminución de la tasa de intereses de la deuda pública, la tasación de las grandes fortunas, la reglamentación de los medios de comunicación, el combate a los ocultadores, la ampliación de la inversión pública, el aumento de impuestos sobre los bancos, entre otras medidas. Al contrario de eso, Dilma optó por un programa recesivo que minó cualquier apoyo popular a su gobierno (cuando el golpe fue consumado, Dilma tenía apenas el 8% de aprobación como presidente) y pavimentó el camino del proceso de destitución.

8 ¿Qué el gobierno de Michel Temer propone?

Así que asumió la presidencia, Michel Temer dejó claro que estaba dispuesto a poner en acción una agenda regresiva. Él asume el gobierno con dos objetivos aparentemente contradictorios: de un lado, aplicar un ajuste feroz en las cuentas públicas; de otro, buscar legitimación popular acelerando la retomada del crecimiento económico previsto para este año. Así, Michel Temer aumentó la previsión de déficit público para este año de R\$ 96 mil millones para R\$ 170,5 mil millones, confirmó los aumentos salariales ya negociados por Dilma, aumentó el Bolsa Familia para más allá del valor propuesto por el gobierno anterior, liberó recursos bloqueados por el ajuste de Dilma, amplió el techo de la financiación inmobiliaria para hasta R\$ 3 millones de reales, beneficiando el alta renta, pero produciendo un fuerte incentivo a la construcción civil. Con estas medidas busca acelerar la retomada del crecimiento económico y, así, legitimarse. Su agenda de medio plazo,

sin embargo, es asustadora. La propuesta de endurecer el presupuesto público, limitando su variación a la inflación por 20 años, tendrá como consecuencia una brutal reducción de los gastos per capita de la Unión. Hacer viable esa propuesta implicará en una reforma de la previsión profundamente regresiva, implantación de edad mínima, incentivo a los seguros de salud privados sacando de la red pública algunos millones de usuarios, privatización de la enseñanza superior, cambios en las reglas para exploración del petróleo y quiebra de derechos laborales. La contradicción entre las dos agendas es apenas aparente. Sólo un gobierno mínimamente legitimado por la superación de la recesión de los últimos dos años tendrá fuerza para hacer los arreglos estructurales que forman parte de estas medidas de medio para largo plazo exigidas por el mercado. Es este escenario que los movimientos sociales y los partidos de la oposición deben prepararse para enfrentar.

9 ¿Quién lucha contra el golpe?

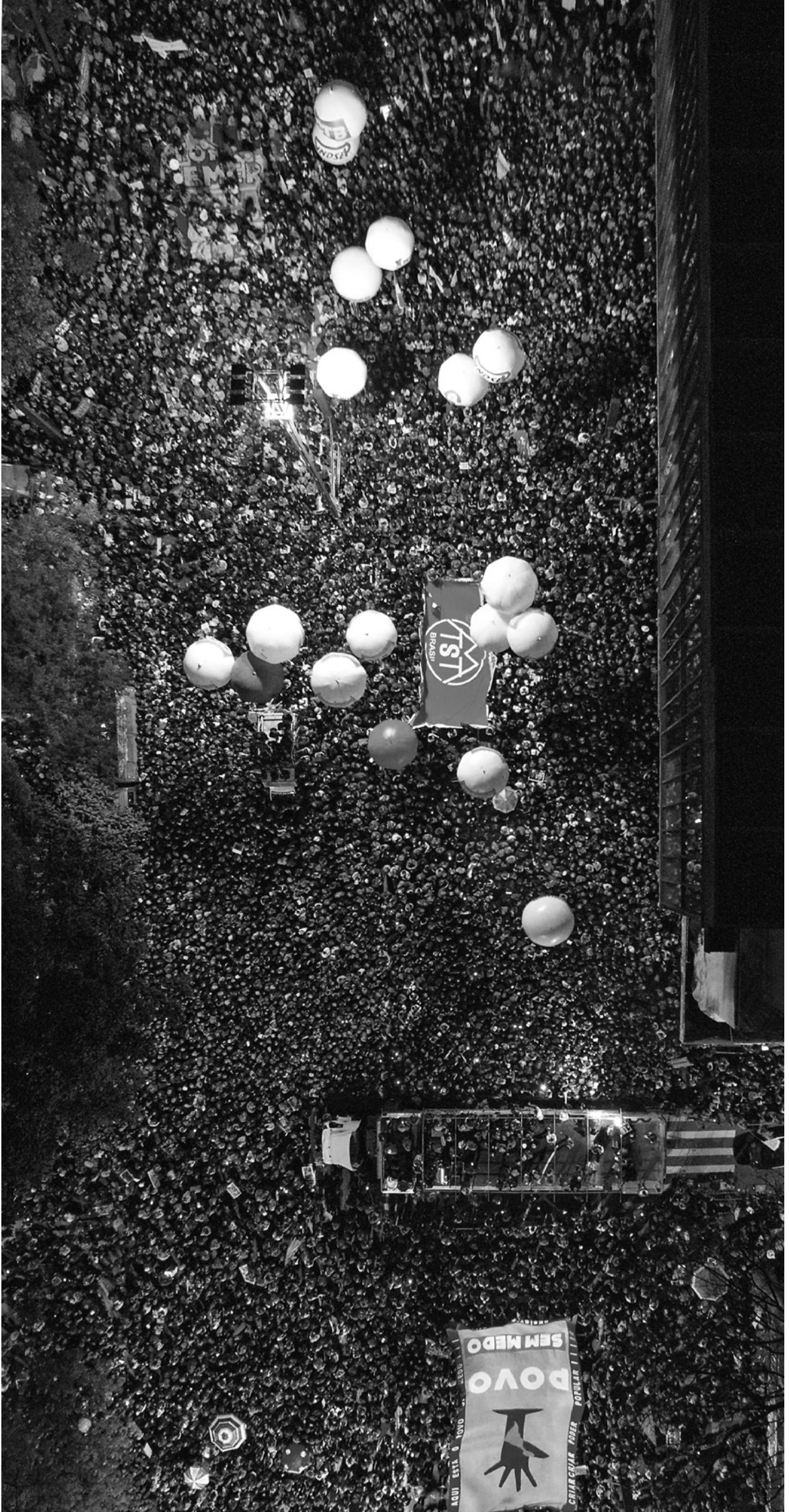
Desde 2015 existen dos frentes que involucran los principales movimientos sociales del país – sindicatos, sin tierra, sin techo, estudiantes, entre otros: la Frente Brasil Popular (FBP) y la Frente Pueblo Sin Miedo (FPSM). FBP, más identificada con el Partido de los Trabajadores, es liderada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales sin Tierra (MST). FPSM, independiente de partidos políticos, es liderada por el Movimiento de los Trabajadores Sin Techo (MTST), movimiento que ganó mucha fuerza desde la crisis económica del 2008 y con gran presencia en São Paulo, la mayor ciudad de Brasil y escenario de los principales actos de calle del país. Durante el año de 2015, las frentes actuaron cada una con su estrategia. FBP priorizó la defensa del gobierno de Dilma. FPSM tuvo como centro de su acción el combate a la retirada de derechos promovida por el gobierno de Dilma. El comienzo del año del 2016, cuando quedó claro que la posibilidad del golpe era real, los movimientos sociales comenzaron a unificarse. El primer acto convocado en conjunto entre las dos frentes ocurrió el 31 de marzo de este año. Las manifestaciones de calle convocadas este día fueron las primeras manifestaciones de masa lideradas por la izquierda desde junio del 2013. Después del golpe, esas dos frentes tienen mantenido una estrategia común de enfrentamiento al gobierno golpista de Temer.

Las propuestas de unificación en una única frente, sin embargo, han sido rechazadas de parte a parte. Además de los sectores organizados en entidades y movimientos sociales, hay todavía una fuerte presencia de artistas (que participaron activamente en la lucha contra la extinción del Ministerio de la Cultura), movimiento feminista (que denunció la completa ausencia de mujeres en el ministerio de Temer) y la juventud, que ha sido uno de los sectores más dinámicos en la lucha contra Temer.

10 ¿Qué puede hacer usted para ayudar a los brasileños en la lucha contra el golpe?

La denuncia internacional del golpe es parte fundamental en la lucha por la democracia en Brasil. Nuestro país vive una profunda crisis política e institucional producida por un proceso ilegal que apartó una presidente legítima que no cometió cualquier crimen. A pesar de las fragilidades de su gobierno, la voluntad soberana del pueblo brasileño concedió a Dilma más un mandato como jefe del Poder Ejecutivo y este mandato popular precisa ser respetado. Dilma no fue derrocada por una revolución o un referéndum revocatorio: ella fue derrocada por una plutocracia partidaria que vio en el proceso de destitución una oportunidad de retomar el control pleno sobre los negocios del Estado. Por lo tanto, presionar a los demás gobiernos y los organismos multilaterales para que no reconozcan al gobierno ilegítimo de Temer, en el caso de que la conclusión del proceso de destitución lleve al apartamiento definitivo de Dilma. Otras manifestaciones de solidaridad, como actos públicos y manifestaciones de cualquier tipo, también serán muy bienvenidas. Pero lo más eficiente, en este momento, es mostrar que Brasil vive un golpe parlamentar que hiere la democracia y el derecho en nuestro país. Usted puede formar parte de esa resistencia y contornear el bloqueo de la prensa nacional, que actúa para proteger los intereses de los monopolios y sacar los derechos sociales conquistados en la Constitución Federal de 1988. Usted puede formar parte de esa resistencia.

Juliano Medeiros
Gilberto Maringoni
Francisvaldo Mendes



GUIDE DU COUP D'ÉTAT AU BRÉSIL POUR LES ÉTRANGERS

1 Y-a-t-il eu un coup d'état au Brésil?

Oui. Le processus de mise en accusation d'un président est prévu dans la Constitution fédérale du Brésil. Une loi fédérale de 1950 définit les crimes qui peuvent conduire au retrait d'un mandataire et régle le processus de jugement. En 1992, un tel processus a renversé le président Fernando Collor de Mello, il y a donc un précédent récent dans l'histoire démocratique brésilienne. Dans cet épisode, il a été prouvé que le chef du gouvernement avait commis un acte incompatible avec la dignité, l'honneur et le décorum du mandat (art. 9, paragraphe 7) car il fut bénéficié par un schéma de corruption entretenue par le trésorier de sa campagne présidentielle, Paulo César Farias. Dans le cas de Dilma Rousseff, le processus de mise en accusation n'a pas considéré la condition préalable pour l'installation du processus contre la présidente de la république: l'existence d'un crime de responsabilité prouvée. L'argument juridique utilisé contre Dilma est qu'elle aurait commis deux «crimes»: le premier serait l'édition de six décrets présidentiels en 2015 pour accorder des crédits aux actions prévues dans le budget en un montant de R\$ 95 milliards. Ces décrets ont été émis car initialement les ressources disponibles étaient insuffisantes, ce qui n'a absolument rien d'exceptionnel. Les revenus du gouvernement, ainsi que les exigences budgétaires peuvent varier tout au long de l'année. Les parlementaires en faveur de l'impeachment affirment que ces décrets doivent être approuvés par le Congrès national, ce qui ne trouve aucun appui dans la législation brésilienne. Le deuxième crime commis par Dilma aurait été les soi-disant «pedalas fiscais», opérations budgétaires réalisés par le Trésor national consistant à retarder le transfert de fonds aux banques publiques et privées dans le but d'alléger la situation financière du gouvernement dans un mois ou une année donné, présentant des meilleurs indicateurs économiques au marché financier et aux experts des comptes publics. En effet, cela se déroule pas bien que les dépenses sociales ont effectivement eu lieu, elles ne s'ont pas encore sortie des comptes du gouvernement fédéral,

quand celui-ci publie son rapport annuel. Ainsi, ce dispositif peut être utilisé pour augmenter le surplus primaire (économies réalisées pour payer l'intérêt sur la dette publique) ou d'empêcher un déficit primaire plus élevé (lorsque les dépenses sont supérieures aux revenus). Autrement dit, en ne transférant pas l'argent aux banques étatiques, le gouvernement présentait des dépenses de comptabilité inférieures à celles qui ont eu lieu en réalité. Il se trouve que ces opérations fiscales ont été effectuées par tous les présidents précédents sans qu'il y ait eu aucune conséquence administrative, politique ou juridique. Par ailleurs, ces retards ont déjà été correctement régularisés dans la même année fiscale, avant même la mise en place du processus de mise en accusation. Pour cette raison, les «crimes» attribués à Dilma sont complètement inexistantes. Et la mise en accusation sans responsabilité avérée, est un coup d'Etat.

2 Le gouvernement de Dilma constituait-il une menace pour les élites économiques brésiennes?

Non. En dépit de gagner les élections présidentielles en 2014 avec un discours de garantie des droits sociaux face à la crise économique et de maintenir le rôle de l'État en tant que promoteur du développement économique, contre les positions les plus radicales en faveur du marché, il a fallu que quelques semaines pour que Dilma et son gouvernement promussent un réel changement en faveur des solutions conservatrices pour faire face à la crise économique. Elle a adopté le programme de son adversaire vaincu à la veille de son mandat et a donné cours à un ajustement budgétaire très dur. Trois jours après l'élection, elle a autorisé la hausse des taux d'intérêt par la Banque centrale. Puis a renvoyé le Ministre de l'Economie Guido Mantega, un économiste avec des positions plus développementaliste, pour nommer à sa place un économiste lié à la Banque Bradesco, la principale banque privée du Brésil. Par la suite, une autre mesure prise en Décembre 2014, deux jours avant d'assumer

son second mandat, elle a imposé des restrictions sur les droits des travailleurs et de la sécurité sociale, tels que l'assurance en cas de décès, assurance maladie et de les bénéfiques accordé aux pêcheurs au moment de la reproduction poissons. Selon la nouvelle équipe économique de Dilma, en ligne avec les discours d'austérité du marché, ces restrictions étaient indispensables pour corriger des «distorsions» et assurer des ressources suffisantes pour la production du surplus primaire, comment on appelle l'économie des ressources pour le paiement des intérêts sur la dette publique. Par ailleurs, Dilma a accéléré le programme de privatisation des routes, ports et aéroports, allant à la rencontre d'une vieille demande des investisseurs étrangers. En outre, Dilma a promu de nouvelles coupes budgétaires dans les domaines sociaux, en plus d'envoyer au parlement un projet de loi prévoyant le gel des salaires des travailleurs des fonction publique dans les Etats, en échange de conditions plus favorables pour le paiement des dettes qu'ils ont avec la Union. Enfin, Dilma a encouragé le débat sur une réforme du système de pensions et de retraite qui allait atteindre, en particulier, les plus pauvres. Le projet, qui avait des fortes objections de la part des syndicats et des mouvements sociaux, est maintenant dans le programme du gouvernement de Michel Temer. Il est donc inexact de dire que Dilma posé une menace pour les intérêts des grands groupes économiques nationaux ou étrangers. Les mesures prises par elle au cours des années 2015 et 2016 avaient le plein appui de ces secteurs et ont été coordonnées par un agent sorti du système financier, son ministre de l'Economie, Joaquim Levy.

3 Alors, pourquoi le coup d'Etat a-t-il eu lieu maintenant?

Le Brésil vivait un processus de ralentissement économique depuis le début de 2014, en raison de deux facteurs: la politique monétaire et la crise internationale. Mais ce n'était rien comparait au dérèglement confrontée après les mesures ultra-orthodoxes au début de 2015. Le marché revendiqué des initiatives plus dures et plus rapides. Dilma ne ferait probablement pas une forte répression aux mouvements de protestation qui ont surgi à partir de là. La crise économique qui a commencé en 2008 a eu peu d'effet au Brésil jusqu'en 2011. À partir de cette année, la hausse de l'inflation, la réduction

de l'investissement, la stagnation de l'industrie et de la hausse du chômage a commencé à augmenter l'instabilité politique. En Juin 2013, lorsque des manifestations massives dans les rues des grandes villes du pays, la crise a montré une très forte aggravation, ce qui explique aussi ces manifestations (qui ont commencé contre l'augmentation des tarifs des transports publics). En 2015, la première année de l'ajustement budgétaire de Dilma, le Produit Intérieur Brut a eu une baisse de -3,8%. Qui fut le plus mauvais résultat depuis 1990. Tandis que le gouvernement a maintenu son engagement à l'austérité totale et les perspectives de l'économie étaient défavorables, les entités commerciales représentant les intérêts des grands capitalistes (FIESP - Fédération des industries de São Paulo, FIRJAN - Fédération de l'industrie de l'État de Rio de Janeiro et CNI - Confédération nationale de l'industrie) se sont opposés au impeachment, y compris en publiant un manifeste contre la mise en accusation de Dilma en Février. Mais quand les premières prédictions indiquaient une reprise de la croissance mondiale à partir de 2017, la proposition a de nouveau gagner du soutien. Au même moment, la décision de commencer le processus de mise en accusation contre Dilma avait encore un autre élément: la nécessité de contenir les enquêtes menées par la police fédérale et le ministère public contre les principaux politiques du Brésil, à travers l'Opération Lava Jato. Comme Dilma était politiquement affaibli, le président de la Chambre des députés, Eduardo Cunha, a décidé de construire le cas contre elle à partir du moment où le Parti des travailleurs (PT) a informé qu'ils ne le défendrait pas de la plainte déposée par le Parti Socialisme et Liberté (PSOL) et qui demandait à l'annulation de son mandat en tant que député. La combinaison de ces deux facteurs - la nécessité de prévenir l'approfondissement des enquêtes menées par la police fédérale, qui a été prouvé par la suite des enregistrements impliquant le premier ministre du Temer, Romero Jucá, et les perspectives de reprise de la croissance économique - expliquent pourquoi le coup d'Etat a eu lieu maintenant.

4 Qui a promu le coup d'état?

Le coup d'Etat a été promu par un consortium de partis politiques conservateurs qui a, depuis que le gouvernement Lula, la grande majorité dans le parlement. Beaucoup d'entre eux - comme le parti du

vice-président, Michel Temer - sont des alliés du PT il y a plus d'une décennie. Le premier à défendre la mise en accusation Dilma font partie de la coalition des partis qui ont été vaincus aux élections de 2014: le Parti Social- Démocratie Brésilienne (PSDB), le Parti Populaire Socialiste (PPS) et les Démocrates (DEM). Puis de petits partis ont rejoint l'accusation proposée comme le Parti Vert (PV), le Solidarité (SD) et les secteurs du Parti du Mouvement Démocratique Brésilien (PMDB), le parti du vice-président, Michel Temer. Mais ce qui a ouvert la voie pour le coup d'Etat fut la rupture de Dilma avec la base sociale du PT par l'ajustement budgétaire et la déception populaire qui l'a suivi. Tandis que l'usure de Dilma s'est creusé, que ce soit pour son dur ajustement budgétaire, que ce soit par la campagne d'usure promue par la presse, les partis conservateurs qui ont été dans les gouvernements du PT ont commencé à passer à l'opposition. C'est ce qui s'est arrivé, par exemple, avec les partis tel que le Parti Progressiste (PP), l'ancien parti de la dictature militaire qui a fait partie des gouvernements de Lula et Dilma, le Parti Républicain (PR), le Parti Travailleuse Brésilien (PTB) et le Parti Républicain Brésilien (PRB). En quelques mois, toute la base parlementaire de soutien à Dilma, formé en grande partie par les partis conservateurs, a abandonné la présidente et a commencé à défendre l'impeachment. Parmi les partis qui faisaient partie du gouvernement seulement le PT lui-même, le Parti Communiste du Brésil (PCdoB) et le Parti Démocratique du Travail (PDT) sont restés. Ces partis ont totalisé moins de 100 parlementaires dans les 513 qui existent dans la Chambre des Députés. Le PSOL, qui a été l'opposition à Lula et Dilma, ne s'est pas associé aux manœuvres de la droite conservatrice et même en n'étant pas d'accord avec les politiques mises en œuvre par le PT, a lutté contre le coup d'Etat.

5 Outre les partis conservateurs, quels sont les autres secteurs qui sont derrière le coup d'Etat?

Outre les partis conservateurs, il y a eu d'autres acteurs derrière le coup d'Etat. Au point culminant des manifestations qui ont eu lieu dans les rues du Brésil en Juin 2013, les secteurs conservateurs ont décidé de participer du cours des manifestations. Principalement dirigé par les partis de gauche

dans sa première phase, les manifestations de Juin 2013 sont devenu un processus en dispute dans sa phase finale. Pour répondre à cette dispute, les secteurs conservateurs ont formés pour la première fois au Brésil, les mouvements de rue pour faire face à la gauche. Dans ce processus ont émergés le Mouvement Brésil Libre (MBL) et les révoltés On Line. En outre, de ces groupes prônant l'intervention militaire des forces armées et l'installation d'une nouvelle dictature militaire ils ont également commencé à se manifester publiquement en faveur du coup d'Etat. Ces « mouvements » de l'extrême droite ont commencé à mener les manifestations qui ont eu lieu en 2015 et 2016 en faveur de l'impeachment de Dilma. En plus de ces mouvements, la grande presse a également était une partie décisive dans le coup d'Etat. Au Brésil, comme dans la plupart de l'Amérique latine, les médias de communications appartiennent à cinq grandes familles qui contrôlent les principales chaînes de télévision, radio et journaux. Jusqu'à l'approfondissement de la crise économique, la plupart des ces véhicules ont maintenu une relation amicale avec les gouvernements de Lula et Dilma. Après tout, aucun d'eux n'a imposé aucune restriction à ces monopoles, alors qu'il ont gardé intactes les grands contrats de publicité étatiques à ces véhicules. Avec l'approfondissement de la crise économique, cependant, les médias traditionnels ont vu une occasion idéale pour produire le malaise qui a été nécessaire pour permettre une sortie extrême comme celle de la mise en accusation. Chaque jour, des dizaines de nouvelles ont agi pour augmenter l'inconfort de la population à la crise. Par ailleurs, les scandales de corruption menées par la police fédérale, ont été associés exclusivement au PT et aux gouvernements de Lula et Dilma. Bien que la corruption dans ces gouvernements soit prouvée, elle a également atteint d'autres partis et d'autres gouvernements, qui ont été « blindés » par la presse. Finalement, nous réaffirmons le rôle du capital financier - par les soi-disant « agences de risques » - et la bourgeoisie industrielle brésilienne représentée dans le CNI, FIESP et FIRJAN (entités liées à l'industrie) et à la CNA (Confédération de l'agriculture et de l'élevage du Brésil) (entité qui représente les grands propriétaires agricoles). Qui se sont également, unifier en faveur de l'impeachment, et ont également été décisifs pour la promotion du coup d'Etat.

6 Pourquoi les allégations de corruption sont-elles liées au coup d'Etat?

Formellement, rien. Mais les allégations de corruption ont été décisives pour placer la majorité de la population en faveur de l'impeachment. A partir des enquêtes menées par la police fédérale, un projet de détournement des ressources publiques dans la Petrobrás et dans d'autres entreprises étatiques impliquant de grandes entreprises de construction, des agents publiques, des dirigeants politiques et des partis ont été dévoilés. Bien que ce système de corruption n'ait pas été établi dans les gouvernements de Lula et Dilma, l'approfondissement et l'implication des partis traditionnellement de gauche, a été extrêmement utile pour les stratégestes du coup d'Etat. Bien que l'allégation contre Dilma n'a rien à voir avec la corruption menée par l'enquête par la police fédérale, l'arrestation de plusieurs hommes politiques liés au PT ou au gouvernement de Dilma, a créé un climat favorable pour que la presse puisse élargir l'immense mal-être déjà établie de la population avec le système politique et la plupart des partis et de promouvoir la fausse idée que la destitution de Dilma pourrait réduire la corruption.

7 Le coup d'Etat aurait-il pu être évité?

Sans doute. Tout au long de son second mandat, Dilma a cherché à réduire le conflit avec les élites économiques du pays, en élargissant les concessions à ces secteurs et en approfondissant un ajustement budgétaire très dur qui par conséquent a supprimé les droits des travailleurs et a mit le Brésil dans la pire récession en 20 ans. La stratégie de Dilma a été, donc, celle de reconstruire ce que nous appelons « pacte de classe », afin de rétablir la croissance et éviter une adhésion massive des élites économiques à la mise en accusation. Cette stratégie, comme nous le savons, s'est révélée être un retentissant échec. Il est important de se rappeler que Dilma a remporté les élections de 2014 avec la plus petite différence dans l'histoire des courses présidentielles, ce qui a montré une usure du projet dirigée par le PT. Mais cette victoire n'a été possible que parce que au second tour

Dilma s'est approché des positions plus progressistes, comme le maintien des droits sociaux et la défense de l'État en tant que promoteur du développement économique. En abandonnant cette plate-forme et en optant pour un ajustement économique favorable au marché afin de reprendre l'alliance avec les grands capitalistes brésiliens, Dilma a interdit la seule stratégie qui pourrait éviter le coup d'Etat: le renforcement de l'alliance avec les mouvements sociaux et les secteurs progressistes pour surmonter la crise à partir d'un programme anti-austérité. Ce programme, en plus d'avoir la sympathie de la majorité du peuple brésilien serait en mesure de miner la puissance de certains groupes économiques qui ont agi de manière décisive en faveur du coup d'Etat. Ce programme, revendiqué par les principaux mouvements sociaux du pays, comprenait la réduction des taux d'intérêt de la dette publique, l'imposition des grandes fortunes, la régulation des médias, la lutte contre l'évasion fiscale, l'augmentation des investissements publics, l'augmentation des impôts sur les banques, entre autres mesures. Cependant, Dilma a choisi un programme récessif qui miné tout soutien populaire pour son gouvernement (lorsque le coup d'Etat a été accomplie, Dilma avait seulement 8% de taux d'approbation en tant que présidente) et a finit par ouvrir la voie au impeachment.

8 Qu'est-ce que le gouvernement de Michel Temer propose?

Une fois que qu'il a pris les fonctions du président, Michel Temer a précisé qu'il voulait à mettre en œuvre un programme régressif. Il prend ses fonctions avec deux objectifs apparemment contradictoires: d'une part, appliquer un ajustement féroce dans les comptes publics; d'autre part, aller à la recherche de légitimation populaire en accélérant la reprise de la croissance économique prévues pour cette année. Ainsi, Michel Temer a augmenté le déficit budgétaire prévu pour cette année de R\$ 96 milliards pour R\$ 170,5 milliards, a confirmé les augmentations salariales déjà négociées par Dilma, a augmenté la Bolsa Família (programme social de revenu de base) au-delà de la valeur proposée par le gouvernement précédent, a libérés les fonds bloqué par l'ajustement Dilma, a augmenté le plafond des prêts hypothécaires pour un maximum de R \$ 3 millions de reais, bénéficiant des revenus élevés, mais produisant une forte incitation à la construction. Avec ces mesures il vise à accélérer la reprise de la croissance économique

et, par conséquent, se légitimer. Son programme à moyen terme, cependant, est décourageant. La proposition de limiter le budget public, ce qui limite sa variation de l'inflation pendant une durée de 20 ans, conduira à une forte réduction des dépenses per capita de l'Union. La faisabilité de cette proposition conduira à une réforme profondément régressive de l'assurance sociale, la mise en œuvre d'un âge minimum, l'incitation à l'assurance maladie privée en retirant les quelques millions d'utilisateurs, la privatisation de l'enseignement supérieur, les changements dans les règles de l'exploration du pétrole et de la violation des droits des travailleurs. La contradiction entre les deux programmes est seulement apparente. Seul un gouvernement ayant un minimum de légitimer par la surmonter de la récession des deux dernières années, aura la force de faire les ajustements structurels qui font partie de ces mesures à long terme requis par le marché. C'est ce scénario que les mouvements sociaux et les partis de l'opposition doivent être prêts à faire face.

9 Qui lutte contre le coup d'État?

Depuis 2015, il y a deux fronts impliquant les principaux mouvements sociaux dans le pays – des syndicats, des sans-terre, des sans-toit, des étudiants, entre autres: le Front Brésil Populaire (FBP) et le Front Peuple Sans Peur (FPSM). Le FBP, plus identifié avec le Parti des Travailleurs, est dirigé par le Mouvement des Travailleurs Ruraux Sans Terre (MST). Le FPSM, indépendante de partis politiques, est dirigé par le Mouvement des Travailleurs Sans-Toit (MTST), un mouvement qui a gagné beaucoup de force pendant la crise économique de 2008 et avec une grande présence à São Paulo, la plus grande ville du Brésil et la scène des principales manifestations du pays. Au cours de l'année 2015, les fronts ont agi chacun avec sa stratégie. Le FBP a priorisé la défense du gouvernement de Dilma. Le FPSM a eu comme centre de son action la lutte contre le retrait des droits promis par le gouvernement de Dilma. Plus tôt dans l'année 2016, quand il est devenu clair que la possibilité du coup d'Etat était réelle, les mouvements sociaux ont commencé à s'unifier. Le premier acte appelé conjointement entre les deux fronts a eu lieu le 31 Mars de cette année. Les manifestations de rue convoquées ce jour là ont été les premières manifestations de masse menées par la gauche depuis Juin 2013. Après le coup d'Etat, ces deux fronts maintiennent une stratégie commune pour faire face

au gouvernement illégitime de Temer. Les propositions visant à unifier en un seul front, cependant, ont été rejetées par chacune des parties. En plus des secteurs organisés dans les entités et les mouvements sociaux, il y a encore une forte présence d'artistes (qui ont participé activement à la lutte contre l'extinction du ministère de la Culture), le mouvement féministe (qui a dénoncé l'absence totale de femmes dans le ministère de Temer) et les jeunes qui sont l'un des secteurs les plus dynamiques dans la lutte contre Temer.

10 Que pouvez-vous faire pour aider les brésiliens dans la lutte contre le coup d'état?

La dénonciation internationale du coup d'Etat est un élément fondamental dans la lutte pour la démocratie au Brésil. Notre pays vit une profonde crise politique et institutionnelle causée par un processus illégal qui a écarté une présidente légitime qui n'a commis aucun crime. Malgré les faiblesses de son gouvernement, la volonté souveraine du peuple brésilien a accordée à Dilma un autre mandat en tant que chef du Pouvoir Exécutif et ce mandat populaire doit être respectée. Dilma n'a pas été renversé par une révolution ou par un référendum révocatoire: elle a été renversé par une ploutocratie du parti qui a vu dans l'impeachment l'occasion de reprendre le plein contrôle sur les affaires de l'Etat. Il faut, donc, faire pression sur les autres gouvernements et les organisations multilatérales pour qu'ils ne reconnaissent pas le gouvernement illégitime de Temer, le cas échéant, l'achèvement de la mise en accusation amène à la destitution définitive de Dilma. D'autres manifestations de solidarité, comme des actes publics et des manifestations de toute nature, seront également les bienvenus. Mais le plus efficace à ce stade est de montrer que le Brésil vit un coup d'Etat parlementaire qui meurtrit la démocratie et le droit dans notre pays. Vous pouvez faire partie de cette résistance et contourner le blocage de la presse nationale, qui agit pour protéger les intérêts des monopoles et de supprimer les droits sociaux gagnés dans la Constitution fédérale de 1988. Vous pouvez faire partie de cette résistance.

Juliano Medeiros
Gilberto Maringoni
Francisvaldo Mendes

UMA FUNDAÇÃO PELO **SOCIALISMO E A LIBERDADE**

O Partido Socialismo e Liberdade completou uma década de existência legal no último ano. Nesse período o PSOL se consolidou como referência de esquerda para ampla parcela dos trabalhadores, da juventude, dos setores médios e da intelectualidade crítica. A Fundação Lauro Campos, assim como o PSOL, também viveu um processo de amadurecimento político e institucional que contribuiu para colocá-la definitivamente à altura de suas responsabilidades históricas.

Como centro de formulação estratégica de nosso partido, suas responsabilidades também ganharam outra dimensão nesta nova conjuntura. Diante de um momento tão crítico da história política do Brasil, nossa Fundação deve se converter num espaço de reflexão, crítica, diálogo: num laboratório de alternativas populares e socialistas à realidade brasileira e cerrar fileiras contra os retrocessos democráticos que estamos assistindo. Para tanto, é fundamental buscar uma maior articulação com outras instituições similares e com movimentos sociais que compartilhem destes anseios.

A Fundação Lauro Campos visa ampliar suas atividades nessa nova gestão. Projetos como a criação de nossa editora e uma política permanente de formação de dirigentes partidários podem finalmente sair do papel. A inauguração da nova sede nacional na cidade de São Paulo representa o surgimento de um espaço a ser ocupado por iniciativas consonantes com o espírito da Fundação e representa um grande salto organizacional. O projeto de coleta e construção da Memória do partido também será uma tarefa a ser desenvolvida e que fortalecerá o conjunto do PSOL, assim como a inauguração da biblioteca que deverá receber o nome do grande companheiro Plínio de Arruda Sampaio. Caberá à Fundação também promover atividades político-culturais que irradiem os valores do pensamento da esquerda progressista do Brasil e do mundo.

Estamos certos de que viabilizando os novos projetos em desenvolvimento estaremos contribuindo para fazer de nossa Fundação mais um espaço a serviço da esquerda socialista e democrática e do PSOL o partido capaz de liderar uma saída popular para a crise pela qual passamos.



www.laurocampos.org.br
fundacao@laurocampos.org.br
Alameda Barão de Limeira, 1400
Campos Elíseos - Metrô Marechal Deodoro
São Paulo | SP - BRASIL
CEP 01202-002
(55 11) 2985.6173
2985.5876

Fotos:
Roberto Parizotti (pág. 12)
Ricardo Stuckert (pág. 24 e pág. 18 em baixo)
Paulo Pinto (pág. 6 e pág. 18 no alto e no meio)



F U N D A Ç Ã O
LAURO CAMPOS

APOIO:



SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS